



Revista do corpo discente
do PPG-História da UFRGS

Populismo e Neopopulismo Latino-Americano e a Busca do Rigor Conceitual

Rafael R. Ioris, University of Denver

O início do século XXI na América Latina tem presenciado uma retomada de movimentos políticos que, de maneira conjunta e não muito rigorosa, tem sido agregados sob a égide do termo Neo-Populismo. Assim, fenômenos tão díspares como a ascensão ao poder de líderes como Hugo Chavez na Venezuela, a recondução de Álvaro Uribe para um inédito segundo mandato como Chefe de Estado Colombiano, seriam subsumidos sob uma mesma denominação, dada sua forte retórica de apelo direto às massas populares, parte de um discurso e lógica política salvacionistas que defendem a visão de que o futuro da nação depende quase que exclusivamente da permanência dos mesmos no controle da nação.

A análise histórica nos ensina que tal recurso retórico não é novo na América Latina, onde periodicamente temos experimentado a emergência de líderes políticos que, ao apresentarem seus projetos pessoais diretamente como uma definição estreita do interesse nacional e ao se valerem de uma apelo direto às massas e/ou à consciência nacional, têm conseguido chegar à chefia do poder executivo em diversos países na região. O mesmo registro histórico demonstra também graus diversos de sucesso entre distintos líderes e em diferentes momentos e contextos nacionais. Caberia, pois, indagar sobre as razões dessa regularidade ou da permanência de tal fenômeno ao qual tem sido, ainda de não de todo satisfatório, atribuído o termo Populismo e suas variantes. Uma breve retrospectiva histórica, seguida de uma digressão sobre o uso do conceito são apresentadas a seguir no intuito de argumentar em defesa de um uso mais rigoroso e preciso do mesmo.

Primeiramente caberia explicar que a reeleição de Álvaro Uribe somente foi permitida após a nova constituição Colombiana de 1991 e marca uma inovação política em uma nação que encontrou na alternância de líderes e partidos no poder o arranjo que teria permitido a reconciliação institucional após várias guerras civis no século XIX e sangrentos episódios de

repressão popular, como o famoso Bogotazo de 1948. Em segundo lugar, seria importante apontar que o referido fenômeno do Populismo tem sido definido como de ocorrência típica dentro de sociedades em rápida transformação rumo à urbanização e industrialização, em cujos contextos sociopolíticos favoreceriam o surgimento de líderes de fora do sistema político tradicional. Nesse sentido, os anos 1930, 1940 e 1950 em nossa região teriam testemunhado a emergência, em sua manifestação original e mais precisa, de líderes populistas, tais como Getúlio Vargas no Brasil, Juan Peron na Argentina, e Lazaro Cardenas no México.

Cabe apontar que a característica principal desse mesmo processo, que para sempre alterou a estrutura política regional, era a da promoção de um projeto de desenvolvimento nacional baseado na industrialização acelerada por meio da atuação do Estado Nacional. Assim, ficaria claro que o modelo clássico de Populismo Latino-Americano apresentou um projeto nacional de desenvolvimento baseado na reconciliação das classes sociais sob a égide da atuação de um Estado central em ascensão dentro de um contexto que havia sido tradicionalmente regido pela ideologia política e econômica do *Laisser Faire*.

Após essa primeira, mais profunda e impactante *onda populista*, uma retomada da retórica populista na América Latina seria apresentada nos anos 1960 e 1970 por líderes de matriz militar e em vários sentidos conservadora, mas que apresentavam de maneira similar um projeto de reconciliação nacional, ainda que imposto de cima-para-baixo, através do desenvolvimento econômico. Líderes como Juan Velasco no Peru e Anulfo Arias no Panamá nos anos 1970s poderiam se enquadrados nesse movimento. De modo similar, após os choques do petróleo, a crise da dívida dos anos 1980, dentro da chamada onda neoliberal dos anos 1990, líderes que se apresentavam como acima dos partidos e como necessários para a salvação nacional de seus países passaram a ser uma realidade corrente na região. Poderíamos citar aqui o caso de Collor de Mello em nosso país, Alberto Fujimori no Peru, e até mesmo o próprio Álvaro Uribe, todos que, através de uma matriz neoliberal e de um assistencialismo social aos casos de exclusão econômica mais extrema, reascenderam, ainda que por pouco tempo, a chama populista (dessa vez de direita) em nossa região. Da mesma forma, os casos de Chaves e Morales marcariam a matriz de um neopopulismo de esquerda, que retoma o discurso de transformação acelerada através da atuação do Estado, mas se propõe também a promover rupturas socioeconômicas (de classe) mais radicais do que qualquer líder populista clássico jamais estaria disposto a seguir.

De modo conjunto, seria plausível supor que somente o altíssimo grau de desigualdade socioeconômica ao qual nossas populações têm tradicionalmente sido submetidas sirva de

base para entendermos as repetidas tentativas paternalistas de alterações e/ou ajustes nas estruturas sociopolíticas de cada país da região que tem recebido, de modo excessivamente frouxo, o tratamento de manifestações populistas latino-americanas. É com base nessa percepção que caberia ressaltar que, de um ponto de visto histórico, o fenômeno do Populismo na América Latina teve sua manifestação mais importante no período definido por uma agenda nacionalismo de desenvolvimento industrial acelerado, que, no caso brasileiro, por exemplo, esteve proximamente associado com o processo de consolidação do Estado moderno, de modo especial a partir dos anos 1930.

É assim que a maior parte da literatura sobre o Populismo se funda numa linha de argumentação de viés corporativista que aponta para uma reformulação da estrutura social de modo a reduzir a capacidade de organização e atuação autônoma dos trabalhadores organizados. Divulga-se que esse resultado é obtido, em grande parte, graças ao novo corpus e aparato jurídico-organizacional, cuja lógica de funcionamento prestigiaria de maneira patrimonialista os grupos que se vinculassem, de maneira obediente e por meio das organizações sancionadas por lei, às novas estruturas do Estado emergidas de um compromisso interclasse, fruto da necessidade de apontar um rumo para a crise da economia agroexportadora.

Contudo, ainda que tradicionalmente a historiografia sobre a experiência brasileira aponte que na segunda metade dos anos 50 a ação reivindicatória dos trabalhadores estaria subsumida quase que por completo dentro das estruturas de um Estado e uma lógica política corporativista;¹ uma linha de estudos menos ensaísticos e que tem prestado atenção à realidade concreta dos trabalhadores urbanos nos contextos reais de trabalho nas fábricas vem demonstrando, ainda que de um modo e por demais localizado, que a liderança dos trabalhadores industriais urbanos brasileiros teria conseguido exercer crescentes níveis de atuação não-controlada pelo Estado ao longo da década de 1950.²

Além do caso brasileiro, mas em comum com esse, a lógica analítica mais recente aponta uma crescente mobilização política de variados segmentos de trabalhadores urbanos, que passariam a agir politicamente e organizativamente para além das restrições legais vigentes à época a medida em que o processo de industrialização se aprofunda. Essa crescente mobilização de ampliados grupos de trabalhadores é, por sua vez, entendida como tendo ocorrido inicialmente no sentido da consecução de melhorias salariais, mas gradativamente teria manifestado e adquirido um teor de politização de suas demandas, culminando em movimentos intersetoriais de reivindicações de massa já a partir do final dos anos 1950.³

Nesse sentido, conforme o que foi sumariamente apresentado acima, ainda conceitos tais como o de *Estado de Compromisso*- usado para definir em grande parte os rumos do Estado Populista Latino-Americano -, não possam mais ser entendidos como que efetivamente hegemônicos, cabe ressaltar a necessidade da recuperação do uso histórico e preciso dos mesmos. Desse modo, e ainda que inovações teóricas sejam sempre bem-vindas, talvez fosse mais interessante reinterpretarmos a realidade histórica que foi objeto de tratamento analítico sob o uso do conceito de populismo a fim de entendermos como o presente quadro se diferencia (ou se assemelha) da mesma; ao invés de, alternativamente, buscarmos acomodações dos termos tradicionalmente utilizados.

¹ Ver: Edgar Carone, *A Quarta República, 1945-1964*. (São Paulo: DIFEL, 1980); Michael Conniff (ed.), *Latin American Populism in Comparative Perspective*. (Albuquerque: University of New Mexico Press, 1982); Sonia Draibe, *Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960*. (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985); Octavio Ianni, *Industrialização e desenvolvimento social no Brasil*. (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963) and *Estado e planejamento econômico no Brasil*. (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986); Juarez Brandão Lopez, *Sociedade Industrial no Brasil*. (SP: DIFEL, 1964); Leôncio Martins Rodrigues, *Industrialização e atitudes operárias: estudo de um grupo de trabalhadores*. (SP: Brasiliense, 1970); Francisco C. Weffort, *O Populismo na política brasileira*. (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978).

² Ver: Ricardo Antunes, *Classe operária, sindicatos e partidos no Brasil* (São Paulo: Cortes Editora, 1982); Armando Boito Jr., *Sindicalismo de Estado no Brasil*. (Campinas: Ed. Unicamp, 1991); John Humphrey, *Capitalist Control and Workers' Struggle in the Brazilian Auto Industry*. (Princeton: Princeton UP, 1982); Jose R. G. Ramalho, *Estado Patrao e luta operaria: o caso FNM*. (RJ: Paz e Terra, 1989); Salvador A. Sandoval, *Social Change and Labor Unrest in Brazil Since 1945*. (Boulder: Westview, 1993).

³ Ver também: James Brennan, *Labor Wars in Cordoba, 1955-1976*. (Cambridge: Harvard UP, 1994); Renato Colistete, *Labour Relations and Industrial Performance in Brazil*. (NY: Palgrave, 2001); Timothy F. Harding, *The Political History of Organized Labor in Brazil*. (Palo Alto: Stanford UP, 1973); Antonio L. Negro, *Linhas de Montagem*. (SP: Boitempo, 2004); Barbara Weinstein, *For Social Peace in Brazil*. (Chapel Hill: UNC Press, 1996), Lucilia de Almeida N. Delgado, *PTB: Do Getulhismo ao Reformismo, 1945-1964*. (São Paulo: Marco Zero, 1989); e Joel Wolfe, *Working Women, Working Men: Sao Paulo and the Rise of Brazilian Industrial Working Class, 1900-1955*. (Durham: Duke University Press, 1995).